

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Associação Protectora das Florinhas da Rua

Demonstração de Resultados por Naturezas

Contribuinte: 500734275

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

Rendimentos e Gastos	Notas	Acumulado	
		31/12/2022	31/12/2021
Vendas e Serviços Prestados	16	540,00	840,00
Subsídios, doações e legados à exploração	17	326 765,51	283 080,59
Fornecimentos e serviços externos	18	-109 135,66	-109 129,36
Gastos com pessoal	19	-268 854,34	-214 130,85
Imparidades (perdas/reversões)	20	10,99	0,00
Outros rendimentos	21	79 968,30	67 058,09
Outros gastos	22	-2 848,98	-2 322,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26 445,82	25 395,54
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-26 633,75	-23 966,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-187,93	1 429,04
Juros e rendimentos similares obtidos	23	133,95	182,22
Juros e gastos similares suportados	23	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-53,98	1 611,26
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	-175,00
Resultado líquido do período		-53,98	1 436,26

O Contabilista Certificado

A Direcção

219997373
 N.º de Registo
 68652



Solange de Carvalho Duarte

Solange de Carvalho Duarte

Associação Protectora das Florinhas da Rua

Contribuinte: 500734275

Balanço Individual Em 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1 586 853,14	1 596 999,71
Outros Investimentos financeiros	7	3 830,99	3 634,11
Total dos Activos Não Correntes		1 590 684,13	1 600 633,82
Activo corrente			
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	8	51 826,55	390 243,13
Outros créditos a receber	9	17 666,19	7 536,27
Diferimentos	10	447,11	2 710,62
Outros ativos financeiros	11	2 829,74	2 829,74
Caixa e depósitos bancários	5	286 656,56	283 059,36
Total dos Activos Correntes		359 426,15	686 379,12
Total do Activo		1 950 110,28	2 287 012,94
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	146 832,33	146 832,33
Resultados transitados	12	660 787,06	659 350,80
Excedentes de revalorização	12	782 387,89	803 785,98
Outras variações nos fundos	12	303 976,50	305 902,61
		1 893 983,78	1 915 871,72
Resultado líquido do período	12	-53,98	1 436,26
Total dos Fundos Patrimoniais		1 893 929,80	1 917 307,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	0,00	338 141,91
		0,00	338 141,91
Passivo corrente			
Fornecedores	13	4 359,84	4 706,77
Estado e outros entes públicos	14	8 074,24	5 218,65
Fundadores/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	8	10 800,00	0,00
Outras dívidas a pagar	15	32 946,60	21 637,63
		56 180,68	31 563,05
Total do Passivo		56 180,68	369 704,96
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1 950 110,48	2 287 012,94

O Contabilista Certificado

A Direcção

219997373
68652

Sara de Jesus

Solange Correia Duarte

Solange Correia Duarte

Associação Protectora das Florinhas da Rua

Demonstração de Fluxos de Caixa

Contribuinte: 500734275

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos (Donativos/Subsídios/Quotizações)		345 575,75	280 575,31
Pagamento a fornecedores		(72 572,38)	(85 783,37)
Pagamentos ao pessoal		(255 164,13)	(220 742,30)
Caixa gerada pelas operações		17 839,24	(25 950,36)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(175,00)	(175,00)
Outros recebimentos/pagamentos		2 290,36	559,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		19 954,60	(25 565,58)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16 487,18)	(54 982,59)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		129,78	166,26
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(16 357,40)	(54 816,33)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 597,20	(80 381,91)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		283 059,36	363 441,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	286 656,56	283 059,36

O Contabilista Certificado

219997373
68652

Seo de Seede

A Direcção

Sociedade Comunitária

[Handwritten signature]

Associação Protectora das Florinhas da Rua

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO DE 2022 E 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					
		Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de reavaliação	Outras variações fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do Fundo patrimonial
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		146 832,33	659 350,80	803 785,98	305 902,61	1 436,26	1 917 307,98
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas no Fundo Patrimonial		-	1 436,26	-	-	(1 436,26)	-
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(53,98)	(53,98)
4=2+3 RESULTADO EXTENSIVO						(1 490,24)	(53,98)
5 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO Outras operações		-	-	(21 398,09)	(1 926,11)	-	(23 324,20)
6=1+2+3+5 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022		146 832,33	660 787,06	782 387,89	303 976,50	(53,98)	1 893 929,80
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	12	146 832,33	541 760,39	825 184,07	305 902,61	117 590,41	1 937 269,81
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas no Fundo Patrimonial		-	117 590,41	-	-	(117 590,41)	-
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						1 436,26	1 436,26
9=7+8 RESULTADO EXTENSIVO						(116 154,15)	1 436,26
10 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO Outras operações		-	-	(21 398,09)	-	-	(21 398,09)
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	12	146 832,33	659 350,80	803 785,98	305 902,61	1 436,26	1 917 307,98

O Contabilista Certificado

A Direcção

219997373
68652

Sofia de Almeida

Sofia de Almeida

Associação Protectora das Florinhas da Rua

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Introdução:

A Associação Protectora das Florinhas da Rua (adiante designada por FLORINHAS ou IPSS), é uma IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede no Campo dos Mártires da Pátria nº67 – 1º Andar, em Lisboa. Esta Instituição Sem Fins Lucrativos dedica-se à atividade de apoio social para crianças e jovens com alojamento.

Estas demonstrações financeiras foram apresentadas à Direcção das Florinhas, as quais refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da IPSS, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 Base de Preparação:

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de Julho de 2015, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação das disposições do SNC:

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Associação Protectora das Florinhas de Rua, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu, pela primeira vez em 2012, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 01 de janeiro de 2012, tal como é estabelecido pela NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4. Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade, estão mensurados na moeda do seu ambiente económico, o euro. Deste modo, as demonstrações financeiras das Florinhas e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são ativos utilizados pela IPSS para o desenvolvimento da sua atividade. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor. O justo valor de terrenos e edifícios foi determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação realizado por avaliador profissionalmente qualificado, cumprindo os requisitos da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

4.3. Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Perdas por imparidade

de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários, e correspondem aos valores imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

4.5. Fornecedores e Contas a Pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras Contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou

predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas

fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a IPSS tem:

- i) Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação;
- iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Sociedade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo for considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.9. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.10. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços.

O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

- i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade;
- ii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

4.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Associação Protectora das Florinhas de Rua são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direcção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que se seguem:

5. Fluxos de caixa:

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	661,79	1 491,12
Depósitos à ordem	285 994,77	281 568,24
Total	286 656,56	283 059,36

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos nos ativos fixos tangíveis, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Aumentos	Abates/Diminui ções	Depreciações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo					
Terrenos e recursos naturais	375 824,17	201 046,57			576 870,74
Edifícios e outras construções	1 127 472,50	606 866,64			1 734 339,14
Equipamento básico	57 261,39	1 160,80			58 422,19
Equipamento administrativo	12 745,84				12 745,84
Soma	1 573 303,90	809 074,01	0,00	0,00	2 382 377,91
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	699 032,89			26 570,38	725 603,27
Equipamento básico	57 240,92			20,53	57 261,45
Equipamento administrativo	12 617,21			42,84	12 660,05
Soma	768 891,02	0,00	0,00	26 633,75	795 524,77
Investimentos em curso - Edifício Sede	792 586,83	11 599,48	-804 186,31		0,00
Total líquido	1 596 999,71	820 673,49	-804 186,31	-26 633,75	1 586 853,14

No exercício de 2022, a construção do Edifício da Sede da Associação sita em Odivelas ficou concluída, tendo sido transferido de investimento em curso para ativo fixo tangível. O Edifício cumpre os requisitos exigidos pela Segurança Social e possui alvará de autorização de utilização com o número eALV_UT/2022/198.

7. Outros ativos financeiros

No exercício de 2022, a rubrica “Outros ativos financeiros” aumentou comparativamente com o exercício de 2021, na rubrica “Fundos de Compensação” decorrente da gestão dos recursos humanos desenvolvida neste período. O valor registado em “Outros Títulos” manteve-se igual.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros investimentos financeiros		
Fundo de compensação	3 418,22	3 221,34
Outros títulos	412,77	412,77
Perdas por Imparidade	-	-
Total	3 830,99	3 634,11

8. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associado/Membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Doadores	-	-
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Câmara Municipal de Odivelas	50 000,00	50 000,00
Centro Comun. Paroquial da Ramada	199,72	199,72
Outros	1 626,83	340 043,41
Total	51 826,55	390 243,13
Passivo		
Doadores	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
Grupo Your	10 800,00	
Total	10 800,00	-

Neste exercício de 2022 e 2021, o valor dos “Financiamentos concedidos” detalha o valor que irá ser recebido da Câmara Municipal de Odivelas com a finalização da obra do Edifício Sede no valor de 50 000 euros. Relativamente aos “Outros”, está constituída uma provisão no montante de 338 141,91 euros, passando esta rubrica em 2022 a ser apresentada pelo valor líquido.

9. Outros créditos a receber

A rubrica de “Outros Créditos a Receber”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos a receber		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a fornecedores	600,00	600,00
Outros Devedores	17 066,19	6 936,27
Perdas por Imparidade	-	-
Total	17 666,19	7 536,27

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022, a Associação Protectora das Florinhas da Rua tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	447,11	2 710,62
Total	447,11	2 710,62

11. Outros ativos financeiros

A rubrica de “Outros Ativos Financeiros” não sofreu nenhuma alteração, relativamente ao exercício anterior:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
BPI R Mais Fixo	177,08	177,08
Outros ativos financeiros	2 652,66	2 652,66
Total	2 829,74	2 829,74

12. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, no ano de 2022, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

O Fundo Patrimonial da IPSS, neste exercício tem a seguinte composição:

Descrição	Saldo em 01-01-22	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2022
Fundos	146 832,33			146 832,33
Resultados transitados	659 350,80	1 436,26		660 787,06
Excedentes de reavaliação	803 785,98		21 398,09	782 387,89
Outras variações nos fundos	305 902,61		1 926,11	303 976,50
Resultado líquido do período	1 436,26	-53,98	1 436,26	-53,98
Total	1 917 307,98	1 382,28	24 760,46	1 893 929,80

13. Fornecedores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da conta Fornecedores era o seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c	4 359,84	4 706,77
Fornecedores outros	0,00	0,00
Total	4 359,84	4 706,77

14. Estado e Outros Entes Públicos:

O detalhe da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos”, nos exercícios de 2022 e 2021 apresenta-se como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)		
Segurança Social	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 985,20	1 062,94
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	175,00
Segurança Social	5 989,52	3 935,19
FCT/FGCT	99,52	45,52
Total	8 074,24	5 218,65

15. Outras dívidas a pagar:

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as contas de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Não Corrente	0,00	0,00
Corrente		
Fornecedores de Investimentos	1 100,00	1 100,00
Credores por acréscimos de gastos	31 846,60	20 537,63
Outros credores		
Total	32 946,60	21 637,63

16. Vendas e prestações de serviços:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a decomposição da rubrica de “Vendas e prestações de serviços” das FLORINHAS, foi a seguinte:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de Serviços	0,00	0,00
Quotas e Jóias de sócios	540,00	840,00
Total	540,00	840,00

17. Subsídios, doações e legados à exploração:

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica de “Subsídios e Doações” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios do Governo		
Instituto da Segurança Social	283 299,19	232 829,94
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	43 466,32	50 250,65
Total	326 765,51	283 080,59

18. Fornecimentos e serviços externos:

A IPSS FLORINHAS, na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os exercícios de 2022 e 2021 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Materiais	25 604,02	23 888,35
Trabalhos especializados	35 047,56	33 672,60
Rendas e Alugueres	13 781,25	18 375,00
Energia e fluidos	15 997,51	16 380,31
Deslocações e estadas	12 596,56	10 980,07
Comunicação	3 365,76	3 001,23
Limpeza e Higiene	5 093,75	2 168,70
Seguros	349,12	348,10
Contencioso e notariado	10,00	315,00
Total	111 845,53	109 129,36

19. Gastos com o pessoal:

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações ao Pessoal	215 157,10	172 116,30
Encargos sobre as Remunerações	48 515,15	39 459,51
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 753,96	2 337,42
Outros Gastos com o Pessoal	428,13	217,62
Total	268 854,34	214 130,85
Nº médio trabalhadores	15	12

Durante o exercício de 2022, o número médio de pessoas ao serviço da IPSS foi de 15 funcionários.

20. Imparidades (perdas/reversões).

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as imparidades apresentam o seguinte detalhe:

	Saldo em 31-Dez-2022	Saldo em 31-Dez-2021
Reversões por Imparidade		
Valorização FCT	10,99	-
Total	10,99	-

21. Outros rendimentos:

A rubrica “Outros rendimentos” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos Suplementares	53 789,08	43 212,32
Outros ganhos	24 773,12	21 398,09
Correções relativas a anos anteriores	262,50	116,90
Restituição de impostos	1 143,60	2 330,78
Total	79 968,30	67 058,09

No exercício de 2022, o valor recebido pelas rendas dos edifícios propriedade das FLORINHAS, continuou a ser gerido pela Associação Lisbonense de Proprietários que continuou a desenvolver várias medidas no sentido de atualizar o valor das rendas.

Por outro lado, e no seguimento da reavaliação aos Terrenos e Edifícios que ocorreu em 2018, manteve-se no exercício de 2022 o registo contabilístico do respectivo excedente de reavaliação, conforme define a NCRF7 originando um acréscimo de 21 398,09 euros a esta rubrica.

No ano de 2022 foi ainda registado o recebimento de vários valores referentes aos pedidos de restituição do IVA devido pela construção do Edifício Sede em Odivelas.

22. Outros gastos:

A rubrica “Outros gastos” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios de 2022 e 2021:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Correções relativas a anos anteriores	1 045,33	822,97
Impostos	1 239,57	784,40
Quotizações	191,00	191,00
Outros gastos e perdas	373,08	524,56
Total	2 848,98	2 322,93

23. Resultados Financeiros:

Os Resultados Financeiros, nos períodos de 2022 e 2021, tinham o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos	133,95	182,22
Total	133,95	182,22
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	133,95	182,22

No exercício de 2022 e 2021, o valor com os juros suportados foi nulo, em virtude da amortização de todos os financiamentos bancários existentes.

24. Ativos e Passivos Contingentes e omissos no Balanço:

À data da prestação de contas do exercício de 2022, não existem ativos nem passivos contingentes, ou seja, não é do conhecimento da Direcção das FLORINHAS quaisquer contingências resultantes de processos judiciais ou extra judiciais intentados contra a IPSS, processos de inspecção ou de contra ordenação instaurados por autoridades públicas ou reclamações de qualquer natureza apresentadas por clientes ou outros terceiros, cujo desfecho desfavorável à empresa se apresente altamente provável e do qual possam resultar passivos firmes de valor material e para os quais devessem ter sido constituídas provisões para riscos e encargos.

Não existem quaisquer compromissos financeiros que impliquem desembolsos financeiros futuros e que não sendo susceptíveis de evidenciação no Balanço devessem ser objectos de divulgação.

25. Acontecimentos após a data do balanço:

A Associação Protectora das Florinhas da Rua está atenta aos elos mais fracos da sua cadeia de valor e desenvolverá estratégias e planos de acção que permitam antecipar e reagir a um conjunto de movimentos disruptivos do mercado, já que com a continuação do conflito na Ucrânia, prevê-se um impacto negativo global no comércio, cadeia de abastecimento, fluxo de capitais e preços da energia.

Não é possível estimar com razoável grau de segurança os impactos futuros na atividade da IPSS, atendendo ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução. É entendimento da Direcção da IPSS Florinhas da Rua que dispõe na presente data de meios financeiros que permitem assegurar a sua continuidade no futuro próximo.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

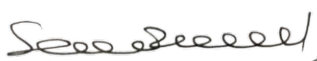
26. Informações exigidas por diplomas legais:

A Direcção das FLORINHAS informa que a IPSS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº534/80 de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 15 de março de 2023

O Contabilista Certificado



219997373
68652

A Direcção

